

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese (Doutorado em Educação) Departamento de História, São Paulo, 1993.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goffin e Antonio Saborit**. Porto Alegre, 2001.

FREINET, Celestin. **O jornal escolar**. Lisboa: Editora Estampa, 1974.

FONSECA, Thais Nívea de Lima e. **História e ensino de história**. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LUCA, Tânia Regina de. Unir os fios e construir o projeto. In: **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2020, p. 123-134.

PIMENTEL, Carmen Regina C. **Instruir e educar: práticas de formação no colégio Jackson de Figueiredo (1938-1980)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Sergipe, Sergipe, 2010.

RODRIGUES, Simone Paixão. **Com a palavra, os alunos: associativismo discente no grêmio literário Clodomir Silva (1934 - 1956)** Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-graduação em Educação, São Cristóvão, 2015.

RÜSEN, Jörn. Aprendizado histórico. In: **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Editora da UFPR, p.41-49.

A INFÂNCIA COMO SUJEITO E OBJETO DE VIOLÊNCIA NOS PERIÓDICOS DO RIO GRANDE DO SUL DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA (1890-1920)

Marcelo Marin Alves
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
marcelomarinalves@gmail.com

A proposta, aqui apresentada, descreve os contornos iniciais de uma pesquisa que se inscreve no campo da História da Educação a partir das relações temáticas entre infância e violência. Tomando como referência a noção de que a infância é um campo discursivo da História da Educação, tendo em vista, principalmente, que “o objeto das análises mantém relações similares e coerentes entre si, onde as narrativas/enunciações historiográficas permitem construir formas e representações sobre este tema” (RIPE; AMARAL; CALDEIRA, 2021, p. 340). Não obstante, na

historiografia da infância [...] as noções de desenvolvimento de vida ou, mesmo, as imagens representativas das crianças, estão estreitamente ligadas com o campo teórico da História da Educação. Isso, notadamente, decorre do fato de a criança ser um dos principais objetos de análise da historiografia das práticas educativas (RIPE; AMARAL; CALDEIRA, 2021, p. 338).

A partir dessa constatação, apresenta-se as primeiras etapas de uma pesquisa³⁶ de Mestrado acadêmico cujo objetivo é compreender como os sujeitos infantis foram representados nos processos de violência contra e por menores registrados nas queixas-crimes e nos códigos da polícia e seus possíveis desdobramentos nos discursos impressos dos principais periódicos do Estado do Rio Grande do Sul durante a Primeira República.

A investigação proposta se justifica, em grande medida, pelo fato de que essa etapa da vida foi alvo constante de preocupação e valorização social nas distintas temporalidades do nosso país. De modo que uma série de políticas públicas foram crescentemente implementadas a fim de conservar a saúde dos infantis e salvaguardar a vida de crianças, notadamente, àquelas em situações de vulnerabilidade social. No Brasil, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) assegura no artigo 227, o “dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. No entanto, essa normativa

³⁶ Trata-se da pesquisa intitulada “Infância e a violência no Rio Grande do Sul (1890 - 1920)” desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) sob orientação do Professor Fernando Ripe.

nem sempre foi pensada assim, uma vez que para o período em análise, na década de 1880, o vigente Código Criminal de 1830 orientava a definição de crime e criminoso (FLECK; KORNDÖRFER; CADAVID, 2005), como sendo

“Crime” era definido como “toda ação ou omissão voluntária contrária às leis penais”; “a tentativa de crime”; “o abuso de poder que consiste no uso de poder (conferido por lei) contra os interesses públicos ou em prejuízo de particulares, sem que a utilidade pública o exija”; além da “ameaça de fazer algum mal a alguém” (TINOCO *apud* FLECK; KORNDÖRFER; CADAVID, 2005, p. 165).

Na página inicial da Hemeroteca Digital, no sistema de busca há três opções de pesquisa, a saber: periódico, período e local. A busca nestes campos pode ser realizada também pelo título, período, edição, local de publicação e palavras-chave. Utilizando-se desses recursos, foram encontrados 137 periódicos entre os anos de 1890 e 1919. O período compreendido é amplo e apresenta um número considerável de periódicos, desta forma, optamos por escolher três jornais: *A Federação* (Porto Alegre); *A opinião Pública* (Pelotas) e o *Cosmopolita* (Caxias do Sul). A Federação foi um jornal da cidade de Porto Alegre e a justificativa de escolha é que este foi um dos periódicos apontados preliminarmente na pesquisa do Mestrado acadêmico. A opinião pública foi um jornal da cidade de Pelotas/RS fundado em 1896. O Cosmopolita de Caxias do Sul/RS.

Os crimes que tiveram mais ocorrências foi furto e o defloramento. Vadiagem, sequestro e homicídio também foram relatados. Na página dos jornais, encontra-se uma barra de pesquisa, para utilizar palavras-chave refinando a busca. O termo utilizado foi “menor”. A palavra na época foi empregada para “designar a criança abandonada, desvalida, delinquente, viciosa, entre outras, foi naturalmente incorporado na linguagem, para além do círculo jurídico” (RIZZINI, 2011 p. 113). A criança em estudo é aquela nas margens da sociedade, ou seja, a criança pobre em situação de vulnerabilidade social.

A Primeira República no Brasil (1889-1930) foi um período fértil na legislação para tratar a infância, uma vez que o país acompanhava o debate internacional acerca dos cuidados sobre as crianças. Em 1888, além da extinção da escravatura no país, a Comissão de Constituição e Legislação inclina-se para o Projeto 33-A. A comissão esclarece que: “O pensamento capital do projeto é a repressão da ociosidade e,

paralelamente, a educação da infância culpada e o amparo da velhice invalida e indigente” (RIZZINI, 2011 p. 114).

As primeiras informações encontradas datam de 1890, no jornal a Federação. Trata-se de um menor encontrado vagabundeando nas ruas da cidade. Os juristas no período argumentavam que a causa do aumento da criminalidade se dava principalmente pela corrupção da infância. Nessa orientação, não foram poucas as matérias publicadas em jornais que denunciavam alguns atos cometidos por infratores menores.

Os outros crimes encontrados no periódico a Federação foram o defloramento e o sequestro. Ambos foram após o ano de 1890, desta forma, já estava em vigor o novo Código Penal da Republica dos Estados Unidos do Brasil. O novo código, porém, recebeu diversas críticas, principalmente em relação à criminalidade infantil.

Uma denúncia de defloramento seguida do agravante de infanticídio, foi publicada em 28 de novembro de 1899. A reportagem foi carregada de um caráter sensacionalista, com palavras de horror, um forte indício de querer deixar a população apavorada com o fato criminoso. No caso em tela o criminoso tinha deflorado sua própria filha e das relações nasceu um bebê. Quando o acusado soube, tirou a vida do recém-nascido, enterrando próximo de onde morava. O trabalho da perícia se fez presente, porém, não conseguiram reconhecer o sexo da criança por causa do estado avançado de decomposição. Ao final, noticiou-se que o réu confessou os crimes e foi informado em quais artigos ele estava incurso. Conforme observado, foi noticiado questões processuais, tais como a realização da perícia e também foi informado a data do próximo ato processual a audiência de instrução.

O crime de sequestro também compareceu nas páginas dos jornais com certa curiosidade popular, pois, tratava-se quase de uma “narrativa novelesca”. Os fatos foram noticiados a partir de 21 de julho de 1899 e vão até agosto do corrente ano. Neste período foram dadas poucas importâncias para o tipo penal em que o réu estaria inserido. A “narrativa” deu ênfase na perícia que houve no quarto da menor sequestrada. Em julho de 1899 foi informado que seria encerrada a fase da instrução secreta. A última manchete foi do dia 1º de agosto, informando com detalhes os trabalhos dos peritos no quarto em que esteve a menor confinada por dois meses. As informações apuradas nos laudos dos peritos são nebulosas, pois, não há mais registro deste caso. Porém, imagina-

se que o local onde a menor estava sendo mantida, não era um local com insalubridade, o estado do aposento era bom e não tinha aparência de cárcere.

O próximo crime teve a competência do tribunal do Júri. Um crime cometido por menor, que teria tirado a vida de sua irmã, com o uso de arma de fogo. A descrição do fato narrado no jornal demonstra toda uma importância para o ritual do júri. Todo esse “encantamento” do ritual do júri deixou obscuro os “personagens principais” que seriam o acusado e também a vítima. O procedimento do júri está inserido no título IV do processo ordinário do Código de Processo Criminal e este vai se estendendo em capítulos, desde os preparatórios da acusação até o júri de sentença.

Em o Cosmopolita foi encontrado um crime de defloração em 21 de dezembro de 1902. O caso ocorreu no município de Vacaria. Nesse último caso, a menor era uma conhecida na vila, irmã de um farmacêutico. Ao final rogam por justiça para restabelecer a honra da jovem menor que foi iludida por um “Don Juan”.

As representações dos sujeitos infantis ao longo do período em estudo e até os dias atuais, ela vai se modificando, sofrendo mutações, através de novas legislações, mudança no pensamento, dando a atenção necessária a eles. A infância, antes despercebida, começa a ganhar visibilidade por meio das novas políticas públicas que foram criadas ao longo dos anos. Saindo do silenciamento o sujeito infantil e trazendo à luz da sociedade.

Palavras-chaves: História da Educação, História da infância, Violência, Imprensa.

Referências:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal; 1988.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; KORNDÖRFER, Ana Paula; CADAVID, Aline K. Da agressão à assistência, da infração à correção: menoridade e violência urbana (Porto Alegre, 1890-1920). **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 163-194, 2005.

RIPE, Fernando; AMARAL, Giana L.; CALDEIRA, Jeane S. A infância como um campo discursivo: perspectivas teórico analíticas nos encontros da ASPHE. In: RIPE, Fernando. (Org.). **História da Educação no Rio Grande do Sul: 25 anos de ASPHE**, entre memórias, trajetórias e perspectivas. Volume II. 1ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2021, v. 2, p. 338-362.

RIZZINI, Irene.; PILOTTI, Francisco (orgs) **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

UM REPOSITÓRIO PARA MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O ACERVO DIGITAL DO NÚCLEO DE MEMÓRIA DO IFRS

Marcelo Vianna
Núcleo de Memória do IFRS
marcelo.vianna@alvorada.ifrs.edu.br

Giulia Marques Alves
IFRS Campus Osório
08050491@aluno.osorio.ifrs.edu.br

Este trabalho visa apresentar a trajetória de atividades relacionadas à identificação, à digitalização e à expansão dos acervos documentais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) por meio do repositório digital Tainacan do Núcleo de Memória (NuMem) da instituição. Levando-se em conta a importância dos acervos digitais disponibilizados para promoção da conscientização e do conhecimento histórico, a implementação e organização do repositório fundamenta-se no papel do NuMem em promover a preservação e disseminação do patrimônio cultural material e imaterial da instituição. Para isso, ele reúne em seu acervo documentos imagéticos (fotografias), audiovisuais e impressos, organizados por temas relacionados aos diferentes contextos vivenciados pela comunidade do IFRS.

O NuMem é um programa permanente da Extensão, sendo responsável por articular diferentes ações relativas à preservação e disseminação da memória institucional, do patrimônio material e imaterial da instituição de forma sistemática e permanente. O NuMem procura desenvolver políticas, mecanismos e projetos relativos aos acervos institucionais dos campi do IFRS, além de realizar ações de preservação da memória da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) por meio da realização de